

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar indicado e caduca com o preenchimento do mesmo.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março, Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Área científica — o concurso é aberto para a área de Enfermagem, grupo disciplinar de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria.

5 — Requisitos legais de admissão — podem candidatar-se ao presente concurso indivíduos habilitados com a licenciatura ou equivalente em Enfermagem com informação final mínima de *Bom* ou com informação inferior, desde que disponham de currículo científico, técnico ou profissional relevante, e que satisfaçam, em qualquer caso, os demais requisitos constantes do presente edital.

6 — Local de trabalho — Universidade do Algarve, Escola Superior de Saúde de Faro, em Faro.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido à presidente do conselho directivo da Escola Superior de Saúde de Faro, devendo conter os seguintes elementos:

- Identificação (nome completo, data e local de nascimento, filiação, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e número de telefone/telemóvel);
- Categoria profissional, graus académicos e respectivas classificações finais;
- Menção expressa do concurso a que se candidata e referência ao *Diário da República* onde foi publicado o presente edital;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito, devidamente comprovados.

7.2 — O requerimento de candidatura ao concurso deverá ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Certificado, autêntico ou autenticado, das habilitações literárias;
- Certidão discriminativa das notas obtidas no curso ou fotocópia autenticada;
- Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- Certificado do registo criminal;
- Atestado médico comprovativo de que possui a robustez física e psíquica necessária para o exercício do cargo a que se candidata (Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto);
- Documento comprovativo de ter cumprido as obrigações do serviço militar, se for o caso;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Lista completa dos documentos apresentados.

7.3 — Os candidatos estão dispensados de apresentar os documentos indicados nas alíneas *d* a *f*) do número anterior, desde que os mesmos declarem expressamente no requerimento de candidatura, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma das alíneas.

7.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, para melhor esclarecimento das situações que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8 — O requerimento poderá ser entregue directamente na Escola Superior de Saúde de Faro, sita na Estrada de Loulé, sem número, 8000-510 Faro, ou enviado pelo correio, registado, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente edital.

9 — Métodos de selecção — avaliação curricular, complementada com uma entrevista, se o júri entender ser esta última necessária.

10 — Critérios de selecção — será considerado o mérito científico, pedagógico e profissional e sua relevância para a área a que concorrem.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Professora-coordenadora Maria José Baltazar Pinto Gouveia.

Vogais efectivos:

Professora-adjunta Helena Maria Guerreiro José.
Professora-adjunta Filomena Adelaide Pereira Sabino Matos.

Vogais suplentes:

Professora-adjunta Maria Adelaide Soares Paiva.
Professora-adjunta Maria Isabel Mateus da Silva Gonçalves Martins.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

13 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 de Junho de 2005. — O Reitor, *Adriano Lopes Gomes Pimpão*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 13 659/2005 (2.ª série):

Licenciada Sandra Marques Pinto — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe de BD, da carreira técnica superior de BD, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, com efeitos a partir de 2 de Junho de 2005, após o término da comissão de serviço extraordinária, na sequência de reclassificação. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

3 de Junho de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rectificação n.º 1064/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 3091/2005, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 11 de Fevereiro de 2005, p. 2002, rectifica-se que onde se lê «Licenciado Mário Jorge Alvarenga Teles do Carvalho, técnico superior principal, do quadro dos serviços da estrutura central, Departamento de Administração e Finanças desta Universidade — nomeado chefe de divisão de Gestão, Equipamentos, Edifícios e Infra-Estruturas, em regime de comissão de serviço, por três anos, com efeitos a 29 de Dezembro de 2004» deve ler-se «Considerando o regulamento e o quadro da estrutura central da Universidade de Coimbra, as deliberações do senado n.ºs 85/2003, de 5 de Junho, e 91/2003, de 7 de Julho, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 16 de Agosto de 2003, e o estabelecido no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o licenciado Mário Jorge Alvarenga Teles do Carvalho, técnico superior principal do quadro dos serviços da estrutura central, Departamento de Administração e Finanças, desta Universidade, é nomeado chefe de divisão de Gestão, Equipamentos, Edifícios e Infra-Estruturas e Comunicação, cargo de direcção superior do 2.º grau, em comissão de serviço, com início em 29 de Dezembro de 2004.

Curriculum vitae

Nome — Mário Jorge de Alvarenga Teles do Carvalho.

Naturalidade — Porto.

Data de nascimento — 14 de Abril de 1953.

Estado civil — casado.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil;

Curso de pós-graduação em Conservação e Reabilitação e Edifícios, integrado no mestrado de Ciências da Construção — 1995-1997;

Curso de pós-graduação em Economia, Gestão e Fiscalização de Obras, integrado no mestrado de Ciências da Construção — 1997-1999.

Carreira profissional:

Desde 2004 — funções de chefe de divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos e Infra-Estruturas na administração da Universidade de Coimbra, por nomeação em regime de substituição;

2000 — funções de técnico superior no Gabinete Técnico da Reitoria da Universidade de Coimbra, onde é coordenador do grupo CC 2, com responsabilidades das intervenções de conservação e reabilitação de uma parte dos edifícios da Universidade de Coimbra;

1987-2000 — funções de técnico superior na Divisão de Obras do Departamento de Equipamentos Educativos da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC);

1981-1982 — director de obra numa empresa de construção civil e obras públicas;